



## ANTÓNIO SERRANO PROMOVE DIÁLOGO E CONCERTAÇÃO COM OS SECTORES

Tomou posse no final de Outubro e entrou num ritmo diário de reuniões e audições aos sectores que estão sob a sua tutela, com a convicção de que é possível fazer mudanças sempre que os resultados o justifiquem, introduzir melhorias para agilizar processos ou direccionar investimentos para áreas como a investigação, com o intuito de apoiar a modernização dos produtores nacionais e tornar o país mais auto-sustentado em bens alimentares. António Serrano, novo ministro da Agricultura, não descarta as questões da garantia da higiene e segurança dos alimentos, mas destaca a necessidade da Europa garantir a sua soberania alimentar alterando inevitavelmente a Política Agrícola Comum.

Que função e papel releva do Ministério da Agricultura no âmbito da segurança alimentar nas duas acepções: “security” e “safety”? O Ministério da Agricultura tem como prioridade a garantia da segurança alimentar na perspectiva da disponibilidade dos produtos agrícolas. É uma prioridade não só nacional como europeia. Todos os ministros da Agricultura da UE estão hoje preocupados com a auto-suficiência em matéria de produção alimentar, de modo a enfrentar com segurança épocas de crise. Depois de décadas em que fomos excedentários em muitos produtos, na sequência da PAC temos hoje países – o nosso é um deles – com um problema de garantia da sua soberania alimentar, pelo que há que influenciar no sentido da alteração da PAC. A nossa responsabilidade nacional está em assumir novas políticas que incentivem a produção agrícola e aumentem a disponibilidade de bens. A outra questão sobre a qual temos igualmente responsabilidade directa, embora não na totalidade, tem a ver com a segurança do ponto de vista da garantia das condições de higiene em que os produtos da cadeia alimentar chegam ao consumidor. Nesta área temos a actuação da Direcção-Geral de Veterinária (DGV), que faz um trabalho vigilante e activo sobre os produtos de origem animal, quer nos matadouros, onde há uma intervenção muito forte no acompanhamento das operações, quer depois nas salas de desmancha de hipers e supermercados. Relativamente aos produtos de origem vegetal, a actuação é essencialmente da responsabilidade da ASAE, cabendo ao Ministério da Agricultura uma articulação estreita com os vários organismos, nomeadamente com aqueles que desenvolvem actividade laboratorial e de investigação e que estão hoje concentrados no Instituto Nacional de Recursos Biológicos (INRB).

Temos o melhor modelo organizativo para responder com eficácia à questão da garantia da higiene e segurança alimentar, quando temos uma substancial concentração de competências na ASAE? A implementação do PRACE conduziu a uma reformulação profunda da Administração Central do Estado, com reflexos tanto neste Ministério como noutros. Em algumas áreas já se percebeu que provavelmente haveria soluções alternativas melhores. Na questão que coloca, admito que também pudesse ter havido, mas devo dizer que não tenho ainda elementos suficientes para tomar uma posição. A criação da ASAE foi uma experiência totalmente nova, é uma entidade que tem feito o seu percurso e que tem sido sensível a alterar algumas formas de actuar. Até ao momento ainda não me foi apresentada a questão que me coloca, apenas posso assegurar que da minha parte haverá toda a disponibilidade para melhorar aquilo que se afigurar necessário. Se tivermos dos parceiros um consenso relativamente a modelos alternativos, estudarei esses modelos e estarei disponível para os implementar.

No decurso dessa reestruturação houve competências que se perderam. Por exemplo, a Direcção de Serviços de Normalização e Certificação dos Produtos Alimentares, com competências em gestão do risco, foi enquadrada no GPP onde faltam técnicos especializados na matéria...?

Na última reestruturação concentraram-se demasiadas áreas no Gabinete de Planeamento e Políticas, mas já encetei medidas em sentido contrário, nomeadamente a Autoridade de Gestão do

PRODER já foi separada do GPP. Em 2 de Dezembro tomou posse a nova Direcção do GPP, a quem cabe avaliar a necessidade de introdução de alterações de organização interna. É uma matéria a discutir em Janeiro, para decidir então se o GPP está devidamente balanceado ou se precisamos ainda de segregar ou de reforçar áreas.

**Como já esteve no GPP, embora numa passagem breve, pergunto-lhe se terá alguma ideia formada sobre que competências deverão permanecer ou sair do GPP?**

Não, até porque tudo o que for decidido tem de ser feito em concertação com os sectores e com o Ministério da Economia e essa articulação ainda não está realizada, pelo que não me vou adiantar sobre o assunto. Todavia considero que qualquer alteração que venha a ser realizada terá de ser muito incisiva e demonstrativa de que estamos a fazer o que é realmente correcto. Não vamos criar um outro modelo, uma outra articulação para parecer mais uma mudança profunda. O que tenho de pensar primeiro é que possuo um instrumento de política, quer para a área agrícola quer para a alimentar, e é dali, do GPP, que têm de emergir em coordenação comigo as alterações que entendermos serem seguramente necessárias. Eu até posso ter ideias brilhantes mas que poderão não ser exequíveis. É preciso promover uma discussão conjunta. É isso que iremos fazer em Janeiro.

**Mas poder-se-á pensar em ir de encontro à orgânica comunitária, onde ficaram separadas as áreas regulamentar, de controlo e de análise do risco? Como em Portugal a tendência é de redução e fusão de organismos...?**

Penso que o alinhamento deveria ser exactamente esse e provavelmente será nesse sentido que iremos caminhar. É verdade que estamos numa fase de diminuição do número de organismos, mas quando se considerar justificável teremos de o fazer. A lógica que temos de seguir é a do melhor funcionamento e da obtenção real de ganhos e resultados. E isso nem sempre implica fazer grandes alterações ou afectar mais recursos. Por exemplo, em relação ao INRB, que agrupou os três grandes laboratórios de investigação do Estado, o necessário é estimular e mobilizar as pessoas para as missões que ali podem ser levadas a cabo. No início do ano terei uma reunião com o Conselho Científico para discutir um conjunto de matérias que visam orientar a investigação para as reais necessidades do sector, fomentando a produção de conhecimento útil para o agricultor e para o país.

**O que se argumenta é que sendo tão grande não funciona e não tem meios financeiros...?**

Isso não é bem verdade. O INRB é uma infra-estrutura realmente consumidora de grandes recursos, mas cada um terá de pensar como hoje se pensa na universidade: temos de ser dinâmicos, criar projectos e saber gerar receitas próprias. As potencialidades do INRB são muitas e tem sabido apresentar candidaturas a vários projectos de investimento no âmbito dos apoios comunitários. Evidentemente que o seu papel só será reconhecido quando a sociedade, as empresas, as pessoas conseguirem perceber os resultados da sua actividade, quando o retorno se fizer sentir.

## ARTICULAÇÃO COM A SAÚDE E O AMBIENTE

**Ao nível da articulação entre este Ministério e outros, com vista a melhor responder à garantia da segurança alimentar, há também algum trabalho a fazer?**

Claro que sim. Com a ministra da Saúde gostaria de falar de um projecto muito interessante em torno das frutas. Temos de começar por algum lado e sobre estas já existe evidência clara que dão um contributo muito sério do ponto de vista alimentar para a saúde dos cidadãos. Não podemos ficar à espera uns dos outros ou de alterações orgânicas, temos de saber dinamizar estas parcerias. O empenho que se põe nas causas é que faz a diferença.

**E também uma maior articulação deste Ministério com o do Ambiente, nomeadamente para não apresentarmos em Bruxelas posições diferentes, como já aconteceu?**

Mais do que falar do passado, gosto de olhar para o futuro. Já falei com a ministra do Ambiente e já alinhámos um conjunto de tópicos que são de fronteira e de interesse comum, a discutir entre os dois ministérios em Janeiro. A orientação política é no sentido do Ambiente e da Agricultura trabalharem em conjunto, dois pelouros que noutros países até estão sob a mesma tutela.

**Entre as exigências ambientais colocadas, nomeadamente em consequência do cumprimento das Regras de Exercício da Actividade Pecuária (REAP), os operadores do sector apresentam como dificuldades o pouco tempo que têm para se adaptar, a burocracia que os processos envolvem...**

Sim, essas foram as questões que me apresentaram e estão entre os temas de discussão com o Ministério do Ambiente. Nós queremos simplificar, desburocratizar mas sem perda de exigência, que tem de ser salvaguardada. Queremos sublinhar que é inevitável o cumprimento de um conjunto de regras quando se pretende obter um licenciamento, mas reconhecemos que o processo é complexo. É um dossier que está com o secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, o qual está mandatado para com o Ambiente trabalhá-lo no sentido de produzir um simplex para esta área, de modo a não desmobilizar os produtores.

**Em relação ao PRODER, quais são as medidas de simplificação administrativa previstas para agilizar a sua execução?**

A minha primeira preocupação foi olhar para o PRODER de forma a simplificar o processo. Começámos por ouvir os sectores e as confederações e criámos um grupo de trabalho que ficou incumbido de apresentar ao fim de 45 dias (por volta de meados de Janeiro) um relatório com um conjunto de medidas de simplificação, bem como relatórios quinzenais com medidas passíveis de serem colocadas imediatamente em prática, bastando eu autorizar. Uma dessas medidas, já em curso, foi dar possibilidade às Delegações Regionais da Agricultura de celebrarem os contratos PRODER da sua região, em vez de estar tudo centralizado em Lisboa, provocando demoras desnecessárias. Estamos igualmente

te a trabalhar no sentido de agilizar também o processamento dos pagamentos.

**A medida do PRODER de “Valorização da Produção de Qualidade” não inclui a comercialização de produtos certificados por normas internacionais ou por empresas certificadas em qualidade. Não deveria incluir?**

A questão da qualificação é uma matéria para a qual sou sensível, mas não tinha o conhecimento efectivo de que estava excluída e à partida não faz qualquer sentido que assim seja. Penso que poderá ser resolvida no âmbito da reestruturação do PRODER que venha a ser realizada em 2010. Segundo a avaliação que foi feita e se assim se justificar, aprovaremos ajustamentos e essa questão poderá fazer parte desses ajustamentos. É preciso que entretanto ela seja apresentada ao GPP, a quem cabe apreciá-la.

## VALORIZAR E PROTEGER O QUE É NOSSO

**Em relação aos produtos tradicionais, cujos operadores têm demonstrado dificuldade em cumprir de forma rígida os requisitos legais, alguns abandonando mesmo a actividade, pensa tomar alguma decisão?**

No ano passado já houve algumas interrogações nessa matéria. No âmbito das audições que realizei até ao momento não me foi colocada nenhuma questão em particular, mas se houver ainda necessidade de introduzir novas derrogações nessa matéria, estarei disponível para avançar com elas. Com efeito, considero que fomos longe de mais na interpretação dos requisitos legais e concordo que devemos flexibilizar tanto quanto outros países o fizeram, nomeadamente Espanha, que procurou proteger mais o que é seu. Penso que temos de fazer o mesmo no nosso país, para não pôr em causa os produtos tradicionais e aqueles que vivem deles. É uma área que se encontra no âmbito do GPP, sobre a qual já solicitei que fosse olhada com uma perspectiva nova.

**Olhada nomeadamente de forma menos tecnicista e com maior conhecimento da realidade do terreno?**

Sim, porque a audição dos sectores já foi uma prática no GPP. Aquando da minha passagem por lá, o GPP tinha uma estrutura de audição dos sectores muito interessante. É algo que realmente dá trabalho, mas é muito importante que se faça. Esse acompanhamento dos sectores parece-me ter sido entretanto um pouco descurado, pelo que solicitei à nova Direcção do GPP que apresente uma proposta que possibilite enquadrar de novo o trabalho com os sectores. A lei orgânica não permite que voltemos ao modelo anterior, em que tudo estava muito segmentado, mas podemos agora dinamizar grupos de cariz multidisciplinar para discussão das matérias segundo diferentes perspectivas. Decidi também, em consonância com as confederações, enquadrar novamente os conselhos nacionais – da agricultura, da caça... – pois é uma forma de ouvir os sectores.

**Em relação a algumas derrogações, houve entidades representativas que apontaram falhas técnicas, de conceitos...**

Se assim for é uma questão de voltarmos a olhar para essas derrogações. Eu não sou especialista, mas temos técnicos que trabalham nessa matéria. O que posso garantir é que a minha orientação política vai no sentido de apoiar os produtos tradicionais, reconhecendo o papel importante que eles têm na nossa economia local, na manutenção de postos de trabalho e sobrevivência de microempresas. Preservar os produtos tradicionais é preservar igualmente a nossa identidade cultural. Por isso, o que temos de fazer é olhar para a lei, avaliar se será necessário fazer mais derrogações e ajustar ainda alguma interpretação dos regulamentos, para que depois as entidades de fiscalização possam fiscalizar o que a lei contempla.

**Os licenciamentos das pequenas unidades industriais/tradicionais passou para a competência dos municípios, mas se cada um tomar medidas avulsas, como se garante a leal concorrência entre os operadores?**

Não sei se há interesse em homogeneizar todos os critérios, porque tem de se valorizar o que é regional, tem de se aproveitar o simbolismo que os produtos representam nos seus locais. Somos um país pequeno, mas com uma grande diversidade e especificidade. De facto, prefiro ponderar positivamente o papel do município no reconhecimento da importância dos produtos da sua região, provavelmente com um novo equilíbrio face às questões de concorrência. Mas devo dizer que até agora não tive qualquer referência a essa questão.

**A protecção dos produtos tradicionais é ou não importante para a própria sustentabilidade do sector agro-alimentar e até do incremento do turismo rural? Temos ou não que começar a pensar no regresso ao campo enquanto factor de desenvolvimento futuro do país?**

Eu sou um defensor do regresso ao campo, sou um defensor da valorização do papel da agricultura na sociedade portuguesa e europeia e penso que andámos muitos anos distraídos e a perder imenso tempo que vai ser difícil recuperar. Penso que temos de nos reposicionar face ao futuro. Quer Portugal quer a UE têm de se colocar numa perspectiva mais aguerrida de valorização daquilo que é o território, daquilo que é a importância da agricultura na valorização do território, daquilo que é local, regional, tradicional, em vez de se olhar apenas para a escala da competitividade, que é sem dúvida importante. É tão necessário produzir em grande escala para podermos exportar e ajudar a equilibrar a nossa balança de transacções correntes, como salvaguardar o papel do pequeno produtor que, não exportando, desempenha vários papéis: um papel social e de economia local, de auto-subsistência e auto-emprego, bem como um papel ambiental na preservação da natureza, da paisagem, do equilíbrio do território, contrariando o abandono da terra e a desertificação dos lugares. O Norte de França é um bom exemplo de conciliação entre a PAC e o apoio aos pequenos produtores daquela região. É notório o trabalho ali realizado pelas associações e cooperativas. Em Portugal estamos muito atrasados nesse aspecto e eu gostaria de ajudar a reforçar essa componente de valorização dos nossos pequenos produtores.

## PERSPECTIVAR O FUTURO

O que pensa das novas formas de produção agrícola, seja a de modo de produção biológico seja a agricultura sustentável?

Prefiro a defesa da agricultura sustentável porque entendo que é a que reúne todas as dimensões da questão: a económica, a ambiental e a social, ou seja, aquela que procura a conciliação entre a quantidade e a qualidade produzida, que se guia por uma orientação para o mercado... Gosto muito do termo sustentabilidade porque obriga ao enfoque nas três vertentes. Penso que é o conceito mais ajustado, aquele que tem vindo a fazer escola não só em relação à agricultura, mas em muitos outros sectores. Repare-se no sector empresarial, onde cresce o interesse das empresas pela certificação segundo a norma SA 8000 e pela publicação de relatórios de sustentabilidade. Nos EUA já se desenvolvem novos índices bolsistas que valorizam não apenas a performance económica, mas também a social, o papel que a empresa tem junto da sociedade.

Em relação à agricultura biológica, precisamos de fazer um trabalho de reconhecimento da sua importância. É um tipo de agricultura que é mais saudável para o consumidor e que tem modos de produção com maior impacto na protecção ambiental. Será sempre uma agricultura de segmento, que não poderá ser massificada. O que posso dizer é que apoiaremos sempre os projectos de agricultura biológica, porque entendo que é também um vector de desenvolvimento do país e importante para o nosso equilíbrio em termos de produção alimentar. Já tive oportunidade de receber associações da área e vou continuar a fazê-lo.

E quanto aos OGM, que posição tem?

Seguimos a posição europeia, admitimos aqueles que a EFSA aceita, que é quem regulamenta a sua entrada. O problema que existe é que estamos a evitar a entrada de novos OGM, mas ao mesmo tempo estamos a importar carne, nomeadamente da Argentina e do Brasil, cuja alimentação animal é feita à base desses OGM. A Holanda, por exemplo, está a fazer grande pressão para que a Europa saia da tolerância zero nesta matéria e eu pessoalmente sou favorável. Os países do sul da Europa têm sido mais conservadores, mas é uma matéria em discussão neste momento, pois há consciência de que alguma coisa tem de ser feita. Não podemos ser tão puristas que impedimos tudo e depois consumimos de forma indirecta. Há que acabar com esta hipocrisia e procurar o equilíbrio.

Como encara, por outro lado, o binómio agricultura/energia?

Temos vindo a apoiar a utilização de biomassa a partir dos excedentes da actividade pecuária para a produção de energia e estamos neste momento a trabalhar com o Ministério da Economia e com a secretaria de Estado da Energia e da Inovação num programa de produção energética por parte do sector agrícola, com vista à auto-suficiência das explorações e alimentação da própria rede. Somos um país com uma vasta extensão de floresta, o que nos dá grandes potencialidades nesta matéria. Temos contudo que ter algum cuidado na gestão desta questão, porque para além do aproveitamento do material lenhoso pode-



“Prefiro a defesa da agricultura sustentável porque entendo que é a que reúne todas as dimensões da questão: a económica, a ambiental e a social”

remos correr o risco de estar a promover algum abate. Se isso acontecer poderemos prejudicar outros sectores de actividade, como a indústria do móvel. Temos de pesar muito bem as vantagens e as consequências e é essa avaliação que estamos a fazer.

Não propriamente deslocar produção de produtos alimentares para a produção energética, nomeadamente cereal...

Não, não temos uma política nesse sentido. Estou mais preocupado com a nossa auto-suficiência alimentar, com a capacidade do país de produzir bens para a alimentação humana, que nos permita fazer face a crises como esta última, do que desviar recursos e produção agrícola para o sector da energia.

Em que áreas considera possível sermos auto-suficientes?

Seguramente no leite, no vinho, nos produtos hortofrutícolas, mas nos cereais é difícil. Repare que neste momento, com a crise económica, o consumo de pão diminuiu, mas o país continua a não ter capacidade cerealífera para produzir o pão que consome. A produção de cereais merece por isso a nossa atenção e forte apoio. Os cereais são um bem fundamental para a nossa segurança alimentar.

Entrevista de **Graziela Afonso** - Fotos de **José Manuel Romão**